



“Corpo estranho”: A incômoda presença do PCB na Assembleia Constituinte de 1946

GUILHERME LEITE RIBEIRO*

Introdução

A curta participação do Partido Comunista do Brasil (PCB) no Legislativo já foi alvo de uma série de investigações por parte da historiografia. Porém, dada a sua importância para o cenário político brasileiro, faz-se mister novas indagações a respeito de tal acontecimento.

Apesar de ser o partido mais longo do Brasil, o PCB experimentara apenas dois momentos de legalidade: entre março e julho de 1922 (ano de sua fundação) e entre janeiro e agosto de 1927. Sempre perseguido por sucessivos governos, participou de um Levante armado em 1935¹, que, derrotado, aumentou a repressão ao partido, culminando com a prisão de vários de seus membros nos anos subsequentes, situação que se tornou ainda pior com a instauração da ditadura do Estado Novo (1937-1945).

Com o novo regime autoritário comandado por Getúlio Vargas, a reconstrução do partido se deu de forma bastante lenta, acelerando apenas a partir de 1942, ano em que o Brasil rompeu as relações com os países do Eixo na Segunda Guerra Mundial. A partir daquele momento, com o país empenhado na luta contra o fascismo, o PCB decidiu deixar de lado as desavenças com o governo que tanto o perseguiu, pois viu nele um aliado no objetivo que era considerada primordial àquela altura: a derrota do fascismo. Dessa forma, em agosto de 1943, o PCB realizou a sua II Conferência Nacional, na Serra da Mantiqueira, Rio de Janeiro. Mesmo com divisões dentro do partido², os comunistas decidiram aderir a política de “União Nacional”, em consonância com outros PCs ao redor do mundo, que se aliaram a setores governamentais empenhados na luta contra o fascismo.

A tese da “União Nacional” implicaria uma série de dilemas para o PCB, como se constatou no fato do partido, sempre muito ligado ao operariado e a movimentos paredistas,

* Graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestrando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

¹ “O movimento foi deflagrado a 23 de novembro de 1935 em Natal pelos sargentos, cabos e soldados do 21º Batalhão de Caçadores. No dia 24 de novembro, sublevou-se o 29º Batalhão de Caçadores, sediado na Vila Militar de Socorro, a 18km de Recife. No dia 27, a revolta eclodiu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no 3º Regimento de Infantaria, da Praia Vermelha, e na Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos. Todos esses levantes foram promovidos em nome de uma revolução popular e da Aliança Nacional Libertadora (ANL).” Verbete: Revolta Comunista de 1935. In: *Dicionário Histórico – Biográfico Brasileiro: 1930-1983*.

² Havia três grupos divergentes: um que seguia a tese de Earl Browder, secretário-geral do PC dos Estados Unidos, que defendia a dissolução dos partidos comunistas ao redor do mundo; outro que defendia uma aliança com grupos liberais em oposição a Vargas e o terceiro, que se saiu vitorioso, defendia o apoio a Vargas, por este ter enfrentado o fascismo.

ter orientado que greves não fossem realizadas naquele momento, mesmo em meio a uma série de prejuízos causados pelos “esforços de guerra”, especialmente a carestia. Aos poucos, o partido flexibilizou a política de “aperto dos cintos”, tratando as greves como um instrumento necessário, especialmente a partir do endurecimento do regime que se seguiu ao de Vargas, comandado por Eurico Gaspar Dutra (1946-1951)

O cenário político brasileiro de 1945 foi marcado por uma pressão de vários setores da sociedade sobre Vargas, para que este abrisse os caminhos para a volta à democracia. Dessa forma, grupos da imprensa, liberais, comunistas, estudantes e setores das Forças Armadas cobravam do governo uma postura coerente: não agir contra o fascismo apenas a nível mundial, mas também enterrar qualquer resquício de arbítrio dentro do Brasil.

Em meio a essas cobranças, em um Ato datado de fevereiro de 1945³, o presidente anunciou que em três meses marcaria eleições. Dois meses depois, decretou a anistia de vários presos políticos, entre eles, Luis Carlos Prestes, eleito na Conferência da Mantiqueira secretário-geral do PCB e o político notadamente mais importante do partido.

Com a abertura política, o partido conseguiu participar das eleições de 1945 e se consagrou nacionalmente pelo excelente resultado naquele pleito. Elegendo quatorze deputados e um senador, que participariam da elaboração de uma nova Carta para o país, o PCB se tornou, finalmente, um partido viável do ponto de vista eleitoral e viu seu número de filiados crescer como nunca antes.

O nosso trabalho se propõe a investigar as linhas de ação do PCB no Legislativo, destacando seu comportamento durante a elaboração da Constituição de 1946. Mostraremos aqui o quanto o partido incomodou os setores conservadores presentes no Congresso e fora dele, por seguir uma linha de convergência com as aspirações do operariado, sendo o principal representante partidário das massas.

Através da análise dos discursos comunistas na Assembleia Constituinte e de suas proposições de emendas e leis, veremos o porquê de, rapidamente, políticos de diferentes partidos terem se unido para pedir a cassação do registro do PCB. Será importante também ver o quanto o discurso anticomunista se desenhou de diferentes formas, com argumentos que revelavam um forte incômodo em ter um partido tão ligado a setores populares presente numa Assembleia notoriamente conservadora.

³ Para mais informações, ver <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicon/1940-1949/leiconstitucional-9-28-fevereiro-1945-365005-publicacaooriginal-1-pl.html> (último acesso: 29/05/15).

O “renascimento” do PCB e as eleições de 1945

Não se pode ignorar o fato de que a nova política do PCB, surgida em 1943 na Conferência da Mantiqueira, era também um reflexo do que estava acontecendo com os PCs ao redor do mundo. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, quase todos os partidos comunistas aderiram à ideia de que seria necessário deixar de lado suas divergências com os governantes de seus países, dispondo-se até mesmo a apoiá-los, caso estes tivessem se comprometido na luta contra o fascismo, orientação dada pela mais importante organização comunista do mundo, a Komintern.

No caso brasileiro, o apoio dado pelo PCB ao governo Vargas foi bastante criticado, inclusive por setores dentro do partido, como os que defendiam a aliança com os liberais antivarguistas e antifascistas, que depois formariam a União Democrática Nacional (UDN). Mesmo com as divergências, a política de “União Nacional” predominou, com as bandeiras da “ordem” e da “democracia” em primeiro plano, pautando o comportamento pecebista a partir de então.

Para Francisco Weffort, o que ocorreu naquele momento foi uma “adesão” do PCB ao governo Vargas, como uma troca pela legalidade (1973: 77). Acreditamos que tal interpretação reduz o momento histórico pelo qual o país passava, pois o PCB, como já dito, apoiaria o governo que estivesse disposto a empreender uma luta contra o que era considerado o “mal maior” - o fascismo. O próprio autor lembra que o PCB decidiu apoiar o novo presidente eleito, Dutra, desde o primeiro dia, mesmo sabendo de sua histórica postura anticomunista (1973: 80). Nesse sentido, a historiadora Dulce Pandolfi relativiza essa “adesão”, lembrando que, para o PCB, o mais importante era a Constituinte, depois, eleições e, só em último caso, apoio a Vargas na presidência (1995: 140-141). A postura do PCB se deu muito mais pela conjuntura histórica do que qualquer afeição personalista à figura do então presidente.

Como uma consequência do apoio dos partidos comunistas aos governos em vigor, os processos de democratização se espalharam em praticamente toda a América Latina. Bethell e Roxborough lembram que quase todos os PCs da região se tornaram legais, muito por conta da vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial (1996: 29). Essa nova atmosfera permitiu que muitos desses partidos pudessem participar das eleições, como foi o caso do PCB.

Assim, com o aumento da pressão sobre Vargas - corroborado por sua demora em convocar uma Constituinte – setores liberais e militares se uniram para forçar a sua renúncia,

o que acabou acontecendo em outubro de 1945. Os dias que sucederam tal acontecimento foram marcados por uma atmosfera política contagiada pela disputa eleitoral, na qual dois candidatos já apareciam como favoritos: Eurico Gaspar Dutra (PSD) e Eduardo Gomes (UDN).

Insatisfeito com os nomes, o PCB lançou Yedo Fiúza, a menos de quinze dias para as eleições. Engenheiro e sem ligação alguma com o comunismo, sua escolha simbolizava uma prova de que o partido estava disposto a se aliar com setores não-comunistas, esperando angariar o apoio do PTB e, principalmente, de Vargas. Segundo Bethell, Prestes não foi o nome escolhido, pois, o PCB não queria dar motivos ao governo para a sua proscrição (1996: 91). Apesar disso, a poucos dias das eleições, o ex-presidente declarou seu apoio ao seu ex-ministro da Guerra, Dutra, o que frustrou as expectativas dos comunistas (BRAGA, 1997).

Mesmo assim, a historiografia é uníssona ao afirmar o sucesso comunista naquele pleito. Conseguindo chegar ao terceiro lugar com cerca de 10% dos votos (atrás apenas de Gomes e Dutra, que foi eleito) e com poucos dias de campanha, Yedo Fiúza mostrou a força do partido pelo qual concorreu. Outra grata surpresa para o partido naquelas eleições estava no Legislativo; ali, PCB emergiu como a quarta maior bancada, elegendo quatorze deputados e um senador (Prestes⁴), atrás apenas do PSD (com 177 representantes), UDN (87) e PTB (24). Lembrando que, no início, deputados e senadores eleitos se juntariam na Assembleia Constituinte, o PCB detinha 4,7% das cadeiras (BRAGA, 1997). Até mesmo a imprensa internacional deu destaque a tal feito. A *Times*, por exemplo, apresentou reportagem mostrando como o volume de votos dado aos comunistas foi mais importante que a própria vitória de Dutra (PANDOLFI, 1995: 147). Para um partido que sempre se viu alijado do processo político institucional, o resultado pode ser considerado um sucesso.

Além disso, chama a atenção a quantidade de votos do partido em determinados lugares. Com representantes eleitos em seis estados, Pinheiro lembra que o PCB teve importantes vitórias nos grandes centros operários (2009: 49). Analisando o caso específico de Porto Alegre, Rodeghero cita reportagens do jornal *Correio do Povo*, que trazia notícias indicando que os comícios de Prestes na cidade eram muito disputados, não havendo lugar para todos, que se reuniam em lugares públicos para escutá-lo através de alto-falantes (2006: 185). Com toda essa força perante o operariado, havia um desafio para o PCB: como lutar pela defesa intransigente da democracia e do “aperto de cintos” no bojo da política de “União

⁴ Segundo Braga, a maior votação proporcional da história do Brasil (2003: 29).

Nacional” ao mesmo tempo em que precisavam dar respostas satisfatórias às crescentes demandas dos trabalhadores? Esse dilema fez com que os parlamentares comunistas tivessem uma série de enfrentamentos no Legislativo e faria com que o partido fosse cada vez mais perseguido, visto como “agitador das massas”.

Para além de todos os problemas que seriam enfrentados pelo partido no Legislativo, o Executivo também não iria facilitar a vida do PCB. Weffort destaca a “falta de receptividade” do governo Dutra com o PCB, o que dificultou ainda mais sua atuação (1973: 91). Mesmo com demonstrações de apoio por parte dos comunistas, desde o início, o presidente não demonstrou nenhuma tentativa de aproximação.

Essa rejeição das elites políticas aos comunistas se justificava, em primeiro lugar, pela própria composição social destes, que era diferente da maioria dos outros parlamentares. Para Netto, “a bancada comunista era formada por homens que militaram no partido a partir dos anos 30, envolveram-se no movimento aliancista e sofreram prisões durante o Estado Novo” (1984: 103). Além disso, Braga lembra que a maioria dos parlamentares eleitos pelo PCB eram trabalhadores manuais (1998: 142). Como veremos a seguir, tais diferenças se tornariam cruciais para o próprio destino político do PCB, já que este sempre seria visto como o grande responsável pela desordem.

O PCB e a Constituinte

O PCB diferenciava-se dos demais partidos representados na Assembleia, tanto do ponto de vista da composição social de sua bancada, quanto sob o aspecto das propostas que defendeu, refletindo nessas duas dimensões seu compromisso com as lutas operárias e populares (BRAGA, 1997).

Com a instalação da Assembleia Constituinte em fevereiro de 1946, os parlamentares eleitos no pleito de dezembro de 1945 deveriam se reunir para a elaboração de uma nova Carta, a fim de que esta substituísse a Constituição arbitrária e ditatorial do Estado Novo. Estava lançada a primeira polêmica: até que fosse promulgada a nova Carta, aquela que foi outorgada por Vargas em 1937 ainda estaria valendo. Segundo Giovannetti Netto, isso fez com que Dutra e parlamentares conservadores usassem-na para coibir manifestações populares (1984: 140). Mesmo com protestos da bancada comunista, a regra valeu até setembro, mês em que foi elaborada uma nova Constituição.

Para nortear a atuação comunista na Assembleia Constituinte, Luis Carlos Prestes, secretário-geral do partido, divulgou um documento chamado de *Pleno Ampliado da Direção Nacional*, lançado em janeiro de 1946. Nele, aparecem como principais pontos de defesa

comunista a luta pelo direito de voto irrestrito para maiores de dezoito anos, ampliação dos direitos trabalhistas (com assistência e aposentadoria), liberdade religiosa e nacionalização de trustes e monopólios (BRAGA, 2003: 30-32). Quando se observa o comportamento comunista até o momento da cassação de seus parlamentares, vê-se que essa cartilha foi seguida pelos representantes comunistas.

Outro documento importante do PCB naquele momento, obrigatório para tornar o partido legal, era seu estatuto. Quando requereu seu registro, em 03/09/1945, o PCB apresentou um estatuto que não tinha nenhuma referência ao marxismo ou ao comunismo (PANDOLFI, 1995: 145). De forma bem calculada, o partido sabia que qualquer alusão ideológica poderia ser mais um instrumento a ser usado contra ele. Mesmo assim, em vários momentos na tribuna, seus parlamentares defenderam o marxismo, seguindo, portanto, a ideologia pela qual sempre lutaram. Em contrapartida, não deixavam também de defender o regime que estava em vigor no Brasil. Prestes, por exemplo, fazia questão de deixar claro que não tinha ilusão a respeito da transformação do Brasil em socialista, lutando pela manutenção do regime democrático brasileiro (BRAGA, 2003: 204).

É interessante notar que, junto à sua atuação parlamentar, o PCB não abandonou algumas de suas principais estratégias de ação fora do Legislativo. Os Comitês Democráticos Populares são exemplos disso. Marcando uma grande diferença com as outras agremiações políticas, o PCB oferecia, através desses Comitês, serviços gratuitos à população, como, por exemplo, cursos de alfabetização (PANDOLFI, 1995: 146). Outra brutal diferença em relação às outras organizações partidárias residia na prestação de contas em praças públicas feita por parlamentares comunistas (PANDOLFI, 1995: 151). Assim, estes não deixaram de desenvolver um trabalho de contato com as bases partidárias. Por causa de iniciativas como essas, algumas correntes liberais brasileiras receavam a expansão do comunismo entre setores do operariado e classes menos instruídas (SILVA, 2009: 179). Esse receio tinha alguma razão de existir: segundo Bethell e Roxborough, o PCB era o partido comunista com mais adeptos da América Latina: 180.000. Para se ter uma dimensão do número, o segundo maior era o cubano, com 55 mil (1996: 29).

Ainda do lado de fora do Parlamento, a repressão aos comunistas começara desde o início do governo Dutra. Em março de 1946, por exemplo, vários membros do partido foram presos, acusados de fomentarem greves. Entre os nomes, Pedro Carvalho Braga, que, segundo Pinheiro, “foi preso e torturado até quase a morte, por estar à frente do movimento por melhores salários dos trabalhadores da Light” (2009: 91).

Como se não bastasse, dias depois do ocorrido, Dutra lançou o Decreto 9070⁵, que, entre outras coisas, intervinha nos sindicatos e dificultava bastante a realização de greves. Assim, o ambiente repressivo tomava conta da sociedade e iria respingar, com cada vez mais força, no Parlamento, com o avanço das forças políticas conservadoras tentando excluir o PCB do jogo institucional.

Essa exclusão foi precedida por um isolamento cada vez maior da bancada comunista. Sempre atuante em suas proposições, os comunistas viram a maior parte de seus projetos apresentados serem indeferidos pelo presidente da Assembleia, Fernando Melo Viana (PSD/MG). Dentre as suas principais propostas constavam a autonomia sindical, laicidade do ensino, divórcio, reforma agrária, supressão da censura prévia, assistência do Estado a mães solteiras, entre outras. Algumas só vieram a se tornar realidade na constituição de 1988, o que confirma o caráter progressista delas (PINHEIRO, 2009: 50-52).

Mesmo com a força cada vez maior de grupos contrários ao comunismo, o PCB continuou firme em sua luta. Como afirma Giovannetti Netto, o PCB se fez “representante das classes que sempre foram marginalizadas e alijadas do processo decisório” (1984:8). Porém, colocar as demandas dessas classes no centro do debate não seria fácil diante de uma Assembleia completamente hostil a esse tipo de discussão.

Ao mesmo tempo em que a bancada comunista desafiava as principais forças políticas do país com suas propostas progressistas para a época, a bandeira da ordem veiculada pela “União Nacional” continuava a ser seguida pelos parlamentares eleitos pelo PCB. Logo na sessão de instalação da Assembleia, Prestes defendeu o apoio do PCB a Dutra, afirmando ainda que os comunistas se colocariam “ao lado daqueles mesmos que os torturaram”. (BRAGA, 2003: 75-76). Além disso, com frequência, parlamentares comunistas faziam questão de negar sua participação nas greves (WEFFORT, 1973: 96).

Embora tentasse descolar a sua imagem desses movimentos grevistas, a bancada comunista não deixou de denunciar as violências policiais cometidas nessas paralisações. Nos curtos três meses em que participou da Constituinte⁶, Abílio Fernandes (PCB/RS) priorizou suas críticas à arbitrariedade policial na maior parte dos seus discursos (BRAGA, 1998: 592). Esse tipo de postura pouco se via em parlamentares de outros partidos; um exemplo disso é que, em uma das sessões, o deputado Barreto Pinto (PTB/DF) defendeu a repressão,

⁵ Para mais informações, ver o Decreto em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De19070.htm (último acesso: 31/05/2015).

⁶ O deputado se licenciou em julho, sendo substituído pelo suplente Trifino Correia.

lembrando que os comunistas decidiram apoiar o governo e que Prestes “rastejou aos pés” de Vargas⁷. Dois meses depois, em maio de 1946, ao defender a ação policial truculenta contra os comunistas que fizeram um comício no Largo da Carioca, Barreto Pinto afirmou que houve a “necessidade de uma providência enérgica e decisiva contra o partido que está fora da lei”.⁸

É interessante ver também que o primeiro requerimento feito por um deputado comunista, João Amazonas (PCB/DF), foi justamente uma moção de apoio à greve dos bancários, primeira greve nacional pós-Estado Novo, iniciada em janeiro e que durou quase um mês, contagiando uma série de estados brasileiros (BRAGA, 1997). Isso nos mostra certo paradoxo da bancada comunista naquele momento, que, mesmo conclamando o “aperto de cintos”, continuaria a defender parte dessas paralisações. Bethell salienta que até hoje o “papel do PCB continua obscuro” na sua postura em relação a esses movimentos contestatórios (1996: 94).

O direito irrestrito de greve esteve entre as pautas prioritárias do PCB. Enquanto parlamentares da UDN, do PSD e do PTB propunham limitá-lo, Netto afirma que o PCB “insistira sempre [...] no sentido de escoimar o direito assegurado” (1984: 193). Assim, mais uma vez, o partido se encontrava isolado na Assembleia Constituinte.

A reação das forças conservadoras à presença de comunistas no Parlamento se tornou ainda mais forte após uma declaração considerada polêmica de Prestes, na Associação de Funcionários Públicos do Rio de Janeiro, em 16 de março de 1946. Respondendo a uma pergunta capciosa dirigida a ele sobre de que lado ficaria caso houvesse uma guerra entre o Brasil e a URSS, Prestes teria dito que ficaria contra as forças imperialistas. A partir daí, segundo Rodrigo Motta, os comunistas foram vistos como “impatriotas, servos fiéis dos interesses de Stálin e da União Soviética” (2002: 122). A autora Mayara Paiva Souza lembra que não era a primeira vez que um comunista fazia esse tipo de declaração, mas a repercussão toda se deu pelo fato de o PCB estar em evidência naquele momento (2013: 254). Dez dias depois da declaração, Prestes voltaria à tribuna para se defender das acusações, mas foi novamente criticado por um conjunto de deputados (BRAGA, 2003: 101-102). Com base na declaração, Himalaia Virgulino (PTB/DF), entrou com um pedido de cancelamento do registro do PCB no Tribunal Superior Eleitoral, sendo apoiado por Barreto Pinto (PTB/DF) (D’ARAÚJO, 1996: 48-49). Assim, a resposta dada por Prestes representou o começo do fim da vida institucional do recém-legalizado Partido Comunista do Brasil.

⁷ Sessão do dia 11/03/46. Anais da Assembleia Nacional Constituinte.

⁸ Sessão do dia 24/05/46. Anais da Assembleia Nacional Constituinte.

Outra questão em voga na época dizia respeito à anistia concedida por Vargas a diversos presos políticos, através do decreto 7474, no contexto de abertura política do Estado Novo⁹. A questão levantada por alguns deputados anticomunistas era sobre a abrangência daquela anistia. Em uma das discussões, o líder da bancada do PTB, Segadas Viana (PTB/DF), aproveitou para lembrar a polêmica declaração de Prestes, lembrando que este foi um dos beneficiados pela anistia, defendendo, portanto, que a anistia fosse discutida caso a caso¹⁰. Para Mayara Paiva Souza, os debates na Constituinte em torno dessa questão, na verdade, “revelam o temor da ameaça comunista no Brasil” (2013: 252).

Além da defesa irrestrita da anistia, outras discussões que eram levadas a cabo pelos comunistas se mostraram bastante progressistas para a época, tornando-se realidade apenas décadas depois, já na Carta de 1988, como, por exemplo, o combate ao racismo. A começar pelo ineditismo de ter um deputado negro representando o Estado do Rio de Janeiro - Claudino Silva - o PCB empreendeu uma série de debates sobre o tema. Além do próprio deputado, outros parlamentares lutaram pela causa, como Jorge Amado (PCB/SP), que se destacou na defesa da ampliação das liberdades individuais e José Crispim (PCB/SP), que apresentou emenda prevendo a suspensão de direitos políticos de pessoas que incitassem discriminação racial e/ou religiosa (BRAGA, 1998: 724-727).

Outro engajamento polêmico do PCB dizia respeito ao próprio funcionamento do Legislativo. A bancada comunista defendia um sistema unicameral, justificando que seria necessária a dissolução do Senado, por este apenas representar partidos fortes e não o conjunto da população (BRAGA, 2003: 291). Embora tal proposta não tenha sido discutida, mostra o quanto os comunistas incomodavam com sua postura desafiante aos principais partidos do país. Para Giovannetti Netto, a forte presença do PSD e da UDN prejudicavam qualquer projeto progressista de ir a frente (1984: 87).

Assim, quase todas as propostas da bancada comunista foram rejeitadas, como a do parlamentarismo, o fim do cargo de vice-presidente, a desapropriação de terras pelo Estado para fins de Reforma Agrária, a jornada de trabalho máxima reduzida para oito horas diárias e a extensão da legislação trabalhista ao campo. Prestes chegou a protestar, na tribuna, contra a sucessão de indeferimentos de propostas defendidas pela bancada comunista (BRAGA, 2003: 311). Apesar disso, outras foram aprovadas, como a maior remuneração para quem

⁹ Para mais informações, ver o Decreto em <http://www.jurisway.org.br/v2/bancolegis1.asp?pagina=1&idarea=17&idmodelo=2122> (último acesso: 08/06/15).

¹⁰ Sessão do dia 18/03/1945. Anais da Assembleia Nacional Constituinte.

trabalhasse à noite, o acréscimo do item “Higiene e Segurança do Trabalho” às recomendações nas leis trabalhistas e a isenção de tributos a importação de livros e periódicos (BRAGA, 1997). Podemos perceber que a quantidade de projetos defendidos pelos comunistas em tão pouco tempo foi proposital. É sabido que a maioria dessas propostas não seria aceita, mas procurando explicar à população o porquê da defesa de tais projetos, a bancada comunista se preocupou em colocar em discussão alguns temas incômodos às forças políticas conservadoras, que, com a pressão popular, teriam que, pelo menos, ser debatidos.

Quando o projeto da Constituição finalmente foi à votação, o PCB decidiu ir contra. Para o partido, seria um contrassenso ser favorável a uma Carta que, por exemplo, não desse autonomia aos municípios ou não deixasse claro que havia uma separação entre Igreja e Estado (BRAGA, 1997). Em um discurso na tribuna no dia 17 de junho, Prestes lembrou que o partido tinha um programa mínimo a cumprir e lembrou que seus parlamentares foram eleitos para isso (BRAGA, 2003: 221). Para nós, tal fato representa mais uma prova de que o partido não abandonaria suas lutas históricas, mesmo em um momento em que se via pressionado. Votar a favor do projeto da Constituição seria uma negação de tudo aquilo que o PCB acreditava.

Como se pode ver, o trabalho na Constituinte era redobrado para a bancada comunista. Para um militante histórico do partido, que, naquela ocasião, era deputado por Pernambuco - Gregório Bezerra - a quantidade de tarefas empreendidas pelos comunistas era muito maior que a dos outros partidos, pois, segundo ele, os representantes do PCB lutavam “com todo o ardor contra determinados projetos nocivos ou prejudiciais aos interesses do povo e da classe operária” (1980: 11). Além disso, Giovannetti Netto lembra que a inexperiência dos comunistas na vida parlamentar foi sempre explorada pelos opositores (1984: 122). Assim, cercado por organizações políticas no Legislativo que execravam a sua existência, o Partido Comunista do Brasil já estava fadado a um regresso à ilegalidade. Para isso, várias justificativas foram usadas, mas que sempre convergiam para uma em especial: o anticomunismo.

O anticomunismo e o retorno à ilegalidade

Toda essa repressão crescente ao comunismo não foi uma exceção brasileira. Em todo o mundo, especialmente na América Latina, o que se viu foi uma forte ofensiva contra as organizações comunistas. No Brasil, essa doutrina era amplamente criticada e perseguida por vários setores da sociedade. Heber Ricardo da Silva fala em uma “representação

anticomunista”, reunindo partidos e imprensa (2009: 165). Não há dúvidas de que PCB era o principal alvo, uma vez que se encontrava em franco crescimento, o que era extremamente perigoso aos olhos de seus opositores.

Segundo Bethell e Roxborough, por causa da Guerra Fria, “em 1947 e 1948, os progressos dos trabalhadores, da esquerda e da democracia por toda a América Latina foram barrados e sofreram seus primeiros reveses” (1996: 36). Nesse contexto, os Estados Unidos não poderiam tolerar o crescimento dos partidos comunistas no continente, pois isso poderia fortalecer os vínculos destes com a União Soviética e para que isso não acontecesse, os norte-americanos criaram estratégias¹¹ para difundir suas idéias anticomunistas. No Brasil, “a imprensa brasileira posicionava-se cada vez mais ao lado dos Estados Unidos” (SILVA, 2009: 168). Além disso, Bethell e Roxborough salientam que, em muitos casos, os Estados Unidos não agiram diretamente para eliminar os partidos comunistas, mas sua proscricção era consentida por Washington (1996: 50).

No parlamento, os debates acerca da Guerra Fria não passariam incólumes. O principal líder comunista, Luis Carlos Prestes, perseguido após a já citada entrevista na Associação de Funcionários Públicos do Rio de Janeiro, defendeu a União Soviética em diversas ocasiões, mesmo pressionado por seus pares (BRAGA, 2003: 104). Para Rodeghero, Prestes foi uma das figuras que materializam o anticomunismo (2006: 199).

A Igreja também foi importante para a disseminação do anticomunismo no Brasil. O PCB, árduo defensor da separação entre Igreja e Estado, votou contra o preâmbulo da Constituição, por este invocar divindades. O deputado comunista Carlos Marighela, eleito pela Bahia, defendeu vários pontos considerados “anticlericais” e chegou a ser ameaçado de excomunhão, pois também propôs “eliminar a concessão de privilégios aos membros da Igreja na prestação de serviço militar” (BRAGA, 1998: 230-231). Por tudo isso, Heber Ricardo da Silva conclui que grande parte do sucesso das críticas ao comunismo, que partiam de setores liberais, tinha grande influência católica (2009: 169).

Outra organização que contribuiu para a perseguição comunista foi o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mesmo que, organicamente, o partido tenha votado contra a

¹¹ Entre as principais, encontram-se a Doutrina Truman e o Plano Marshall. “Pela Doutrina Truman [...] os EUA asseguravam que suas forças militares estariam sempre prontas a intervir em escala mundial, desde que fosse preciso defender um país aliado da agressão externa (da URSS) ou da subvenção interna, desencadeada pelo movimento comunista internacional. Posteriormente, [...] é lançado o Plano Marshall [...] enquanto a recuperação da Europa contava com este plano para afastar a expansão do comunismo, a preocupação para com a América Latina estava direcionada a alguns governos e movimentos nacionalistas que deviam ser contidos, ou até mesmo, afastados.” (PAGLIARI, 2006: 28-29).

cassação dos comunistas (D'ARAÚJO, 1996: 49). Partiu de parlamentares petebistas uma série de iniciativas para cassar o registro do PCB, assim como dos mandatos de seus representantes. O historiador Rodrigo Motta interpreta essa postura do PTB como uma conseqüência da concorrência entre os dois partidos, especialmente em suas relações com o movimento sindical (2002: 17). Maria Celina D'Araújo acredita que o PTB tenha sido essencial para o retorno do PCB à ilegalidade, pois este era visto por aquele como “inimigo eleitoral” (1996: 51).

Mesmo com o resultado expressivo em outra eleição que participou¹², já não havia mais condições para o PCB permanecer na legalidade, tamanha a perseguição sofrida pelo partido. Assim, em maio de 1947, o registro do PCB foi cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por três votos a dois, acatando denúncia de dois deputados do PTB, que acusavam o PCB de duplicidade no estatuto¹³. Toda essa aparência de legalidade na formulação de justificativas que visavam banir o PCB do jogo institucional revela, na verdade, um incômodo muito grande com a presença de parlamentares que, mesmo pouco numerosos, não deixaram de marcar presença e defender seus ideais. Seja como for, as forças conservadoras concretizaram seu intento e o PCB voltava para o lugar ao qual permaneceria ainda por várias décadas: a ilegalidade.

Considerações finais

A curta vida legal do Partido Comunista do Brasil, no contexto da redemocratização pós-Estado Novo, ainda desperta muitas possibilidades de pesquisa e investigação. Para uma organização que passou a maior parte do seu tempo na clandestinidade, enfrentar um Parlamento completamente hostil a sua presença é um fato que não pode ser ignorado pela historiografia.

Toda essa repulsa ao partido tinha uma razão de ser: a incômoda presença do PCB na Constituinte era apenas um desdobramento de um forte sentimento anticomunista, difundido por setores liberais, grande parte da imprensa, Igreja e demais partidos políticos. Assim, não foi difícil para os parlamentares das principais organizações do Legislativo encontrar justificativas para a perseguição cada vez mais forte ao PCB.

¹² Em 1947, o PCB elegeu mais dois deputados federais e 64 deputados estaduais em 15 estados. No Rio de Janeiro, por exemplo, o partido elegeu 18 dos 50 vereadores, obtendo a maioria da Câmara (BETHELL, 1996: 100).

¹³ Para Barreto Pinto e Himalaia Virgulino, do PTB, a organização comunista brasileira seria apenas um segmento do PC internacional, o que era ilegal. Ainda segundo eles, os comunistas representavam “uma organização internacional orientada pelo marxismo-leninismo” (SILVA, 2009: 182).

Como tentamos mostrar aqui, não foi fácil para o PCB defender suas bandeiras históricas, visto que qualquer projeto mais progressista seria barrado pelas forças políticas do *establishment*. Por isso, como uma das estratégias para se manter na legalidade, o PCB não deixou de empenhar a bandeira da ordem durante a sua curta passagem pelo Legislativo. Mesmo assim, os parlamentares de outros partidos sempre viam nele o inimigo a ser enfrentado, o mal maior, o atraso da nação. Como bem salienta Mayara de Paiva Souza, “o PCB era um partido indesejado na Assembleia, o “corpo estranho”, o que, para os parlamentares, “amava a desordem e o partido estrangeiro que não atendia os interesses da nação” (2013:253). Giovannetti Netto adiciona que ele era “o partido enfeitado, o parceiro indesejável, o participante incômodo” (1984: 130). Mesmo com tamanha perseguição, o PCB foi firme na luta por mais direitos pelas classes a que sempre representou. Seu sucesso eleitoral - em 1945 e 1947 - e o aumento expressivo do número de seus simpatizantes foram indicativos de que as propostas do PCB encontraram ressonância entre vários setores da população. E talvez esse tenha sido, justamente, o problema: como as forças políticas conservadoras poderiam tolerar esse tipo de aproximação entre povo e partido? Elas não deixariam isso durar muito tempo: menos de dois anos após a decretação de sua legalidade, o PCB retornava à clandestinidade. A democracia era assim, mais uma vez, gravemente ferida, marca da nossa história republicana.

FONTES

BRASIL. Assembléia Constituinte. *Anais da Assembléia Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946-1951.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel, coord. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. In: *Dicionário Histórico – Biográfico Brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1984.

BETHELL, Leslie e ROXBOROUGH, Ian (Org.). *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BEZERRA, Gregório. *Memórias (segunda parte: 1946-1969)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

BRAGA, Sérgio S. A bancada comunista na Assembléia Constituinte de 1946. *Princípios*. São Paulo, v. 46, 1997.

_____. *Luiz Carlos Prestes; o Constituinte, o Senador (1946-1948)*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2003.

_____. *Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946; um perfil sócio-econômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, v.2, 1998.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945 a 1965*. 1.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GIOVANNETTI NETTO, Evaristo. *A bancada do Partido Comunista Brasileiro na Assembléia Constituinte de 1946: a transição autoritária*. São Paulo: PUC de São Paulo, 1984.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

PAGLIARI, Graciela C. Segurança hemisférica: uma discussão sobre a validade e atualidade de seus mecanismos institucionais. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, v. 49, n.1, p. 26-42, 2006.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PESSANHA, E. G. (Org.) ; PRESTES, A. L. (Org.) ; PINHEIRO, M. C. O. (Org.). *Partido Comunista Brasileiro: da insurreição armada à união nacional (1935-1947)*. Rio de Janeiro: AMORJ/IFCS/UFRJ, 2009.

RODEGHERO, C. S. O anticomunismo nas encruzilhadas do autoritarismo e da democracia: a conjuntura 1945-1947. *Métis* (UCS), v. 5, p. 179-202, 2006.

SILVA, H.R. *A democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa, 1945-1948*. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SOUZA, Mayara Paiva de. Anistia: os usos do passado contra os comunistas na Constituinte de 1946. *História: Debates e Tendências* (Passo Fundo), v. 3, p. 241-265, 2013.

WEFFORT, F. Origens do sindicalismo populista no Brasil — a conjuntura do após-guerra. *Estudos Cebrap*, n.4. São Paulo, abr./jun., 1973.